



MEMÓRIA INDÍGENA EM ACARAPE: DA VISIBILIDADE AO SILENCIAMENTO HISTÓRICO NO ESTADO DO CEARÁ

Margarida Lima De Moura Nascimento¹
Arilson Dos Santos Gomes²

RESUMO

Nas últimas décadas, observa-se o fortalecimento de estudos que buscam questionar e inverter as narrativas coloniais historicamente impostas como verdades hegemônicas. Tais perspectivas críticas têm enfatizado a necessidade de revisitar as memórias locais, de modo a revelar dimensões silenciadas ou apagadas pela historiografia oficial. O município de Acarape, no Ceará, constitui um campo fértil para esta reflexão. Embora o próprio topônimo “Acarape” remeta a uma presença ancestral indígena, as narrativas institucionais e oficiais privilegiam marcos como a industrialização e a emancipação política, em detrimento do reconhecimento das trajetórias e presenças dos povos originários que habitaram a região. Tal contradição explicita a permanência de uma lógica colonial na construção das identidades locais, em que a celebração da criação do município ocorre paralelamente ao silenciamento de sua memória indígena. Diante desse quadro, este resumo tem como objetivo identificar e analisar as principais narrativas e fontes que estruturam a história de Acarape, a partir de uma abordagem interdisciplinar histórico-antropológica. Para tanto, mobilizam-se contribuições de estudos arqueológicos, a análise de documentos históricos e a observação de sites oficiais, buscando compreender como se constituem as versões dominantes sobre o passado do município e de que modo estas invisibilizam memórias indígenas. O estudo justifica-se pela relevância de tensionar a produção historiográfica local, ampliando o debate sobre memória, patrimônio e identidade, em diálogo com pesquisas contemporâneas que reivindicam a centralidade dos povos indígenas na história do Brasil. Ao evidenciar silenciamentos presentes nas narrativas sobre Acarape, pretende-se contribuir para um processo de reinterpretação crítica que valorize outras epistemologias e reafirme a necessidade de descolonizar a história do Maciço de Baturité e em consequência a história do Ceará e do Brasil.

Palavras-chave: Acarape; Memória; História; Indígena.

UNILAB, CEARÁ, Discente, megglimaunilab@gmail.com¹
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO BRASILEIRA, CEARÁ, Docente,
arilsondsg@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido, foi gerado a partir das reflexões e debates promovidos em sala de aula e em aulas de campo, durante a Disciplina: História Social da Escravidão Negra e Indígena no Brasil, do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Humanidades, ministradas pelos professores Roberto Kennedy Gomes Franco e Arilson dos Santos Gomes, ao longo do semestre de 2025.1. da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, UNILAB-CE. Localizada no campus das Auroras, município de Acarape, CE, há 60 km de Fortaleza, capital do Ceará.

O Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, (IHGC), fundado em 1887, foi uma das primeiras instituições responsáveis por organizar e sistematizar a memória histórica do Ceará. Seus anais, revistas e documentos manuscritos são riquíssimos em detalhes sobre a formação dos municípios, genealogias de famílias influentes, atos políticos e marcos urbanísticos. No entanto, ao se analisar essas fontes sob um olhar crítico, é possível perceber que a historiografia institucionalizada priorizou os “feitos” de colonizadores, religiosos e comerciantes, relegando à invisibilidade as vozes indígenas e africanas que participaram da história do Ceará, assim como os demais grupos sociais.

Os autores João Paulo Vieira Neto (2016) e Alexandre Gomes (2016), destacam que o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará produziu uma ‘história’ que serviu como base para a construção de identidades locais no estado do Ceará, alinhadas à ideologia do progresso e da modernidade, em detrimento de outras formas de existência e memória. Essa lógica está presente, por exemplo, na forma como se registra a história dos municípios, no caso do município de Acarape: o foco recai sobre a instalação da Estrada de Ferro de Baturité, a instalação da fábrica de algodão, a Usina de Açúcar, os Engenhos de Cana de Açúcar e o processo de emancipação de Redenção, quase sempre silenciando o contexto de ocupação indígena anterior.

A história de Acarape, sua elevação à vila, a emancipação de Redenção, a promulgação da Constituição Municipal é apresentada como sinal de maturidade política e progresso social. No entanto, não se discute quem participou desses processos. Como alerta o autor Michel-Rolph Trouillot (1995), a produção da história envolve não apenas eventos e fontes, mas também silêncios estruturais, definidos pelo poder de narrar e de excluir. A “Semana do Município”, por exemplo, é um ritual que reforça uma memória consensual, enquanto ignora os conflitos latentes no campo, os deslocamentos forçados, a resistência camponesa e os modos de vida não hegemônicos.

Portanto, a história oficial de Acarape ao invisibilizar os povos originários, omitir os processos de escravização, e silenciar as lutas contemporâneas dos trabalhadores pela terra, se apresenta como uma construção parcial e ideologicamente orientada. Reinterpretar essa história a partir dos sujeitos historicamente marginalizados é atualmente um desafio para historiadores (as), antropólogos (as), pedagogos (as) da geração contemporânea, uma vez que se compreende atualmente no contexto da produção científica contra hegemônica que a História é, antes de tudo, um espaço de disputa de memórias, sentidos e futuros.

METODOLOGIA

A metodologia integra fontes documentais, institucionais e acadêmicas, cruzando diferentes registros e perspectivas. Para reinterpretar os aspectos históricos e antropológicos do município de Acarape, consideramos a consulta de diversas fontes, oficiais por serem oriundos de instituições e das instâncias políticas, os sites da prefeitura e câmara de vereadores, o site da UNILAB, e o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, e fontes não oficiais como sites de acervos pessoais, blogs, páginas na internet que contribuem para a manutenção da narrativa histórica do município e do seu entorno, que também se



configuram como fontes secundárias.

Durante a análise, observou-se que grande parte dos textos disponíveis em sites oficiais carecia de referências explícitas. Em contato por e-mail, a historiadora Maria Escolástica disponibilizou seu livro, revelando-se a principal fonte utilizada nesses sites, embora não citada. Além disso, revisaram-se atos normativos da Câmara Municipal, para compreender a configuração política do município do ponto de vista legislativo.

Uma fonte histórica de destaque foi apresentada a mim por um colega e pesquisador indígena, Francisco Gleidison Cordeiro Lima, que me enviou, por mensagem, o relato de Felipe de Araújo Sampaio (1893), publicado na revista trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGC). O texto apresenta a descoberta de “ossadas humanas” encontradas em Quixadá, interpretadas como vestígios de disputas territoriais envolvendo diferentes povos indígenas da região. Sampaio menciona especificamente a etnia “Acarapes”, distinguindo-a como grupo que habitava o “vale do Acarape” e mantendo relações conflituosas com povos vizinhos, como os Baturis e os Quixadás.

Os Acarapes, povoavam o valle de seu nome e suas vizinhanças, os Baturis habitavam as faldas da serra hoje denominada Baturité, e os Quixadás o termo de seu nome. Os Acarapes guerreiros e indomáveis, perseguiram sem tréguas aos Baturis, forçando-os a galgarem as altas serranias onde eles estabeleceram suas aldeias. Essa tribo (etnia) foi mais tarde aldeada por um dos governadores do Ceará em Monte Mor, Os Acarapes estenderam-se então para o sul. (Sampaio, 1893, p. 189)

A mediação do colega pesquisador foi fundamental para acessar esta fonte pouco citada, permitindo-me refletir sobre a historicidade das ocupações territoriais e sobre as tensões políticas e sociais que marcaram o vale do Acarape, ressignificando a memória local para além de questionar a narrativa do nome do município, sem compreender que o mesmo nomeava um povo que mais tarde, foi integrado aos aldeamentos locais que deram origem às vilas e posteriormente, os municípios.

Francisco Gleidison Cordeiro Lima, é referência em estudos arqueológicos, antropológicos e históricos dos povos indígenas da região do Maciço de Baturité, onde se localiza o município de Acarape, em seu artigo intitulado “Povos Indígenas e Sítios Arqueológicos no Maciço do Baturité, Ceará: a Arqueologia Indígena do Povo Karão Jaguaribaras”, destaca a presença significativa dos povos indígenas na região, evidenciada por meio de documentos históricos, dados arqueológicos e narrativas orais. O artigo é relevante, especialmente no que se refere à desconstrução de práticas coloniais na representação da história local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Acarape, anteriormente correspondia a extensão do município de Redenção, após a abolição o nome sofreu alteração e começa a ser denominado, Redenção, um de seus distritos, decidiu manter a nomeação anterior, segundo o site da prefeitura municipal, o distrito que na época era uma pequena Vila e denominava-se “Cala Boca” “era um lugar primitivo, de casebres de palha, com abundância de água natural das fontes e uma humilde população que vivia da agricultura”. Dessa forma, antes de se chamar Acarape, o lugar possuía a curiosa nomenclatura de “Cala Boca”. (SITE Prefeitura de Acarape. 2025)

No site da UNILAB encontramos um texto sobre a história de Acarape e no início revela dados essenciais o site diz:

A região era habitada pelos índios Tapuias e Balurité, sendo conhecida por vila dos índios, recebeu os índios expulsos da região de Jaguaribe. O então povoado chamava-se Cala Boca. Com o pioneirismo do município, na libertação dos escravos no Ceará, houve-lhe por outorga honorária o nome de Redenção. Ainda modesto, o povoado de Calaboca quis homenagear as suas origens maternas, passando a chamar-se Acarape. (SITE DA



UNILAB 2022)

O site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) destaca aspectos históricos e formação administrativa que se repetem na descrição histórica do site da UNILAB, a fonte apresentada pelo IBGE é o site oficial da prefeitura de Acarape, mas fornece dados diferenciados e mais específicos, notamos a utilização de uma narrativa racial quando afirma que “Apenas no primeiro quarto do século XVIII começaram a chegar os primeiros brancos que se estabeleceram na parte sul da serra de Baturité.”

O livro *Memórias do Município de Acarape, lendas e “causos”*, da autora Maria Escolástica de Castro de Sousa da Mata, acarapense que em 2011 publicou sua obra com o objetivo de “tentar construir a história do município Acarape”, divide em três períodos específicos o primeiro começa no séc. XVIII, quando o local se chamava Calaboca, o segundo ocorreu no ano 1883, quando foi extinto o nome Calaboca, e criado o distrito de Acarape, o terceiro refere-se à emancipação política em abril de 1987. A autora destaca o coincidente contexto político do cenário nacional que na mesma época criava a assembleia geral constituinte. . Maria Escolástica, descreve que o Distrito de Acarape foi fundado em 27 de dezembro de 1883. A obra é considerada fonte histórica por institutos, universidades e instituições políticas, o livro exerce uma enorme influência na construção das narrativas históricas e simbólicas sobre o município. (Mata, 2011)

O Ceará possui, atualmente, 185 municípios dos quais pelo menos 107 são nomes indígenas: Camocim, Crateús, Crato, Itatira e assim por diante”. A nomeação destas cidades mostra evidências da resistência dos povos indígenas deste território. Outra importante resistência da ocupação do território cearense são as associações dos nomes das cidades com a geografia, clima, cosmologia, fauna e flora das regiões. Os nomes das cidades no Maciço de Baturité indicam a forte presença de povos indígenas nesta região, o livro “Aracoiaba, História em Retalhos” produzido por vários pesquisadores da região mostra que:

é o caso de Aracoiaba que em Tupi significa “Cidade onde os pássaros cantam”; Itapiúna - “donde se obtém lugar predominantemente estrutura em pedras pretas” (Silveira Bueno); Baturité - “Serra por excelência” (Silveira Bueno); Aratuba - “Lugar alto” (Batista Aragão); Acarape - “Caminho dos Acarás (peixe)” (Theodoro Sampaio); Ocara - “Terreiro, área fora de casa” (Stradelli); Pacoti - “Lagoa onde as colheitas são constantes” (Tomás Pompeu). (Matos, 2012, p.26)

CONCLUSÕES

O município de Acarape, situado na microrregião do Maciço de Baturité, no Ceará, carrega em seu próprio nome a marca da ancestralidade indígena. “Acarape”, supostamente derivado do tupi, remete ao “rio dos acarás” ou “caminho do Acará”. No entanto, apesar dessa toponímia indígena, a história oficial da cidade silencia quase completamente sobre os povos originários na região. Onde está, então, a herança indígena? A resposta está menos na ausência e mais nos apagamentos sistemáticos promovidos por uma historiografia tradicional que priorizou os marcos coloniais, os engenhos, as ferrovias e a industrialização, relegando à margem as populações indígenas, quilombolas e camponesas. Essa lógica também se manifesta na paisagem urbana, nos currículos escolares e na produção do patrimônio “oficial”, que quase nunca contempla a diversidade étnica presente no território.

O silêncio em torno do passado escravocrata e das lutas agrárias contemporâneas permanece particularmente evidente nas narrativas oficiais. Um exemplo disso é a história do Assentamento 24 de Abril, conquista emblemática do Movimento dos Trabalhadores Rurais, resultado da ocupação de terras anteriormente pertencentes a grandes latifundiários. Frequentemente negligenciado nas fontes institucionais, este episódio revela outra face de Acarape: a da resistência popular, da agência coletiva e da luta contra a concentração fundiária, a injustiça social e a exclusão histórica.



AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do qual sou beneficiária como bolsista, e aos professores Arilson dos Santos Gomes e Roberto Kennedy Gomes Franco pelas orientações e incentivo. Estendo ainda meu agradecimento aos pesquisadores indígenas, em especial a Francisco Gleidison Cordeiro Lima (Gleidison Karão Jaguaribaras), com quem compartilho a busca por ampliar os horizontes da pesquisa, reafirmando que o conhecimento acadêmico se fortalece quando dialogamos com as memórias, os territórios e as lutas dos povos que nele habitam.

REFERÊNCIAS

- VIEIRA NETO, João Paulo. História, memória e identidade: o Instituto do Ceará e a invenção do passado cearense (1887-1930). Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- GOMES, Alexandre. Memórias que (in)formam: patrimônio, cidade e história no Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2016.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Silencing the Past: Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.
- DA MATA, Maria Escolástica . Narrativas da Terra: Memória, Identidade e História no Maciço de Baturité. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Estadual do Ceará, 2018.
- mentação. Resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2021.
- SAMPAIO, Felipe Araújo. Jazida de Ossos do Quixadá: Revista Trimestral do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1893.
- CORDEIRO LIMA, Francisco Gleidison. Povos indígenas e sítios arqueológicos no Maciço do Baturité, Ceará: A arqueologia indígena do povo Karão Jaguaribaras. (2023).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE. Prefeitura Municipal de Acarape, site institucional. Disponível em: <https://acarape.ce.gov.br/>. Acesso em: 8 set. 2025.
- UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB. Site institucional. Disponível em: <https://unilab.edu.br/>. Acesso em: 8 set. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Site institucional. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 8 set. 2025.
- MATOS, Rose Mary Santana. Livro Aracoiaba: História em Retalhos. Vol 1, Fortaleza: Premius. 2012.
- MST Ceará. Assentamento 24 de Abril: 30 anos de resistência e produção de vida. Fortaleza: Coletivo de Comunicação do MST/CE, 2021.